



JOSÉ MARIA COSTA
Ex-secretário Estado do Mar

Uma Estratégia de Crescimento e Competitividade da Economia Azul

A economia azul, representa um dos pilares estratégicos mais promissores para o futuro do nosso país. Com uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas da Europa e um processo em curso na Organização das Nações Unidas para a extensão da sua plataforma continental, Portugal detém uma soberania geográfica e económica marinha sem paralelo na União Europeia. O setor marítimo português contribui com cerca de 5% para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional e para o Valor Acrescentado Bruto (VAB). Contudo as recomendações de organismos internacionais, como a OCDE, apontam para a urgência de transitar dos setores tradicionais, como o turismo costeiro e a pesca, para novas indústrias de elevado valor acrescentado tecnológico. A OCDE recomenda que para libertar este potencial e expandir o peso do mar na riqueza nacional, Portugal deve focar a sua atuação em reformas administrativas profundas, na identificação de investimentos estruturantes e na liderança de três grandes eixos tecnológicos: a descarbonização do transporte marítimo, as energias renováveis offshore e a biotecnologia azul. O crescimento da economia azul exige, antes de mais, a remoção de barreiras burocráticas que atrasam a captação de capital estrangeiro. A OCDE tem alertado para a complexidade institucional resultante da sobreposição de várias competências ministeriais. No plano da inovação prática, urge regulamentar e expandir as Zonas Livres Tecnológicas Marítimas (ZLT) permitindo a empresas e centros de investigação possam testar protótipos de energia renovável, robótica submarina e sensores avançados

sem as amarras de processos regulatórios complexos e morosos. O primeiro grande vetor de diferenciação económica assenta na descarbonização do transporte marítimo e na modernização dos portos, transformando exigências regulatórias ambientais em vantagens comerciais. Devido à sua localização geográfica privilegiada na intersecção das grandes rotas atlânticas, o Porto de Sines reúne as condições ideais para se assumir como um hub ibérico e europeu de combustíveis verdes. No ecossistema digital, as startups nacionais de Bluetech devem ser incentivadas a desenvolver soluções de logística inteligente que otimizem rotas marítimas e façam a gestão de frotas em tempo real, reduzindo custos operacionais e pegadas de carbono. O segundo pilar estratégico reside nas energias renováveis offshore. Dada a elevada profundidade da costa portuguesa, o país não pode replicar os modelos de fundações fixas, devendo focar-se na liderança das tecnologias eólicas flutuantes. Este desafio requer o desenvolvimento de uma cadeia de valor industrial própria para a engenharia e montagem de turbinas e plataformas flutuantes. Para tal, os portos necessitam de investimentos para a capacitação de cais de carga pesada e estaleiros logísticos especializados. O futuro das energias marinhas passará também pela hibridização de sistemas, integrando parques eólicos com dispositivos de captação da energia das ondas e a produção de hidrogénio. Esta expansão industrial deve ser coordenada assegurando a coexistência entre as novas infraestruturas energéticas e as atividades tradicionais, como a pesca e a aquicultura offshore.

O terceiro eixo de crescimento sustentável é a biotecnologia azul e a bioeconomia marinha. Portugal possui um reconhecimento científico internacional de excelência nesta área, mas precisa de melhorar os processos na transição do conhecimento científico para o mercado de escala industrial. É imperativo investir em biorrefinarias e centros de escala que permitam processar volumes significativos de biomassa marinha, viabilizando que projetos assentes em macroalgas e microalgas consigam abastecer os mercados globais da indústria farmacêutica, cosmética e alimentar de forma competitiva. A dinamização e apoio aos Laboratórios Colaborativos dedicados à ciência e indústria permitirá mapear sistematicamente a biodiversidade da Zona Económica Exclusiva e da Plataforma Continental à procura de novas moléculas e novos biomateriais de alto valor. Para que este plano se materialize e aumente efetivamente a competitividade nacional, é crucial identificar e canalizar investimentos públicos e privados para as necessidades mais críticas. Por fim, Portugal deve apostar na ciência do mar e investir em meios oceanográficos avançados, incluindo navios de investigação e veículos submersíveis operados remotamente, garantindo a capacidade técnica autónoma de mapear, monitorizar e proteger os recursos biológicos e minerais das suas águas profundas. Só através desta abordagem integrada, que combina agilidade regulatória, inovação tecnológica e captação de investimento, poderá Portugal transformar o seu imenso património marítimo num eixo central de prosperidade económica e sustentabilidade global.

CIP promove reunião empresarial Portugal–Arábia Saudita

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP), em Lisboa, acolheu há dias a 7.^a reunião empresarial Portugal–Arábia Saudita, num momento de crescente aproximação entre os dois mercados. O encontro reuniu empresários e representantes institucionais dos dois países e contou com a participação do presidente da

CIP, Armindo Monteiro, do presidente do Conselho Empresarial Arábia Saudita–Portugal (SPBC), Alwalid Albaltan, e do secretário-geral da Federação das Câmaras Sauditas, Sultan AlMusallam. A reunião incluiu ainda a assinatura de quatro acordos na área da Saúde, reforçando a cooperação bilateral. Nos últimos 14

meses, 52 empresas e organizações portuguesas participaram em delegações, feiras e conferências na Arábia Saudita. Até ao final de 2026, o SPBC estima que mais de 60 empresas portuguesas estejam licenciadas para operar no Reino, sinalizando o reforço das relações económicas entre os dois países.

INNOVCLUSTER DÍNAMIZA EXPORTAÇÕES

EXPORT.i9 reforça aposta na internacionalização das empresas agroalimentares

A InovCluster – Associação do Cluster Agroindustrial do Centro apresenta, no próximo dia 21 de setembro, o EXPORT.i9, um novo projeto de apoio à internacionalização das PME do setor agroalimentar. A conferência de imprensa está marcada para as 10h00, no Salão Polivalente do Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco (CCCCB).

Promovido pela InovCluster, com o apoio

da Câmara Municipal de Castelo Branco, o projeto decorrerá entre 2026 e 2028 e pretende reforçar a capacidade exportadora, a competitividade externa e a presença internacional das empresas agroalimentares da região. O EXPORT.i9 dá continuidade ao trabalho desenvolvido pela InovCluster na área da internacionalização desde 2013, propondo uma estratégia assente em 12 ações. Entre as

iniciativas previstas estão cinco participações em feiras internacionais, quatro missões empresariais, uma ação de prospeção internacional e duas ações de promoção. Financiado pelo COMPETE 2030, o projeto pretende criar novas oportunidades de negócio e apoiar as empresas na conquista e consolidação de mercados externos, reforçando a afirmação internacional do setor agroalimentar do Centro.



Comunicação
Empresarial
N.º 14

DO’S & DONT’S DA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL



SILKE BUSS
Especialista em
Comunicação,
BUSS
Comunicação

Quem fala com quem e quando na sua empresa?

“Porque é que me liga diretamente?” A primeira reação do responsável europeu não foi nada simpática. “O seu contacto é sempre o Senhor A.” Respondi: “Foi precisamente o Senhor A que me pediu para lhe ligar diretamente e com urgência para o informar em primeira mão. Sei agora e com certeza quem é o adversário secreto na equipa”. O responsável ficou muito grato e concordou com este caminho de comunicação excecional. Em caso de emergência, cada segundo conta e saber a notícia sem filtro, ainda melhor. Para o bom funcionamento de uma empresa é essencial existir um mapa de comunicação. E na sua empresa, quem fala com quem e quando, em circunstâncias normais e excecionais? E como é com os contactos externos? Se houver uma clara estrutura de comunicação e se esta for respeitada no dia a dia, excelente! Mas atenção: Não me estou a referir ao organograma da empresa. A comunicação interna e externa requer uma organização própria devido às exigências específicas: Os caminhos de comunicação curtos e diretos, com o mínimo de pessoas envolvidas, contribuem para um fluxo de trabalho mais eficiente, uma maior capacidade de reação e uma maior produtividade. Se, por exemplo, surgir um problema numa certa área, é uma grande vantagem ter definido quem precisa de saber logo, quem deve ser envolvido na solução e quem basta receber um breve resumo posterior do sucedido e da solução. Uma estrutura de comunicação detalhada — conhecida, respeitada e utilizada por toda a equipa da empresa — é uma enorme mais-valia, desde que seja lean. A máxima “menos é mais” também se aplica ao mapa de comunicação. Uma tendência irritante é, por exemplo, a colocação de pessoas em CC do e-mail que não precisam de ser envolvidas, de acordo com a atitude insegura: em caso de dúvida, é melhor colocar. Não, não é. É que o excesso de informação é contraproducente e faz perder muito tempo de trabalho. Elaborar uma estrutura detalhada de comunicação requer uma profunda análise da realidade da empresa, da sua organização e dos seus recursos humanos com diferentes hábitos e capacidades de comunicação. Será que as pessoas aceitarão os novos caminhos e regras de comunicação? Claro que sim, desde que sejam envolvidas. Assim, compreenderão o seu importante contributo para o fluxo de comunicação interno. Porém, o verdadeiro desafio vem depois: a manutenção das boas práticas. É necessário, de forma contínua, controlar, otimizar e atualizar a estrutura de comunicação. Aliás, foi por não ter respeitado o habitual caminho de comunicação que descobri o tal adversário.